



Revista Brasileira de História

ISSN: 0102-0188

rbh@edu.usp.br

Associação Nacional de História

Brasil

Vieira de Jesus, Diego Santos; Daminelli Fernandes, Verônica
Do 'terror suicida' ao 'bárbaro': mídia e exclusão na política externa brasileira - o 11 de setembro
segundo O Globo e a Folha de S. Paulo
Revista Brasileira de História, vol. 31, núm. 61, junio, 2011, pp. 251-270
Associação Nacional de História
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26319123013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Do ‘terror suicida’ ao ‘bárbaro’: mídia e exclusão na política externa brasileira – o 11 de setembro segundo *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*

From ‘suicide’ to ‘barbarian terror’: media and exclusion in Brazilian foreign policy – September 11 according to O Globo and Folha de S. Paulo

Diego Santos Vieira de Jesus*
Verônica Daminelli Fernandes**

RESUMO

O objetivo deste artigo é, sob uma perspectiva pós-estruturalista, examinar a cobertura dos atentados de 11 de setembro de 2001 pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, os jornais brasileiros impressos de maior circulação na época, no dia seguinte aos ataques. O argumento central que procuramos desenvolver é o de que a atuação de tais meios de comunicação foi fundamental na definição de práticas de exclusão no nível internacional. Ao situarem o Brasil como um *insider* com base na maior aproximação a valores internalizados no contexto de transbordamento global do espaço político norte-americano após o fim da Guerra Fria, desenvolvem uma ‘política externa’ em que sociedades e grupos não adaptados a tal padrão são classificados

ABSTRACT

The main purpose of this article is to examine, from a post-structuralist perspective, the coverage of the attacks of September 11, 2001 by *O Globo* and *Folha de S. Paulo*, the newspapers with the largest circulation in Brazil, on the day after the attacks. The central argument is that the performance of such papers has been fundamental in the definition of exclusionary practices at the international level, because, when they locate Brazil as an insider due to its approximation to the US and Western values after the end of the Cold War, they develop a ‘foreign policy’ in which societies and groups that are not adapted to this standard are classified as ‘dysfunctional’ and ‘anomalous’ in an order of ‘civilized’ actors. Thus, the under-

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Brasil) e doutor pela mesma instituição. Rua Marquês de São Vicente, 225 – Vila dos Diretórios, Casa 20 – Gávea. 22451-900 Rio de Janeiro – RJ – Brasil. dsvj@infolink.com.br

** Doutoranda pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Departamento de Ciências da Comunicação. Av. de Berna, 26-CP 1069-061 Lisboa – Portugal. veronica.daminelli@gmail.com

como ‘disfuncionais’ e ‘anômalos’ numa ordem de atores ‘civilizados’. Consolida-se, assim, o entendimento da diferença – no caso, as organizações terroristas e seus patrocinadores – como alteridade, e se naturalizam hierarquias entre identidade e diferença.

Palavras-chave: mídia; política externa brasileira; terrorismo; pós-estruturalismo.

standing of difference – in this case, terrorist organizations and their sponsors – as otherness is consolidated and hierarchies between identity and difference are naturalized.

Keywords: Media; Brazilian Foreign Policy; terrorism; post-structuralism.

No mundo globalizado, vem-se desenvolvendo uma ampla discussão sobre o papel da mídia no processo político doméstico e internacional, em especial diante do maior alcance dos meios de comunicação e de sua ampla integração no atual estágio de desenvolvimento tecnológico. Uma multiplicidade de representações políticas é construída *na e pela* mídia, e a midiacentricidade ocorre em várias esferas, como a econômica – tendo em vista que a mídia é um dos setores de ponta que mais cresce no mundo –, a cultural, promovendo efeitos cognitivos de longo prazo, e a política. Lima² acredita que, em relação a esta última esfera, a mídia tem tido grande destaque por definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública e gerar e transmitir informações. Em posicionamento bem semelhante a Orozco,³ o autor rejeita a ideia de que os meios de comunicação seriam “janelas para o mundo” ou “espelhos da realidade”, pois considera haver interesses de certos atores sociais em transmitir conteúdos, de forma que a mídia também produz e não apenas reproduz a realidade, mesmo porque não está fora da realidade para refleti-la de modo neutro.

A sustentação de poderes estabelecidos e a construção de práticas simbólicas que escrevem e reproduzem fronteiras entre identidade e diferença caracterizam a cobertura de *O Globo* e da *Folha de S. Paulo* acerca dos atentados de 11 de setembro de 2001 no dia posterior aos ataques. Como aponta Der Derian,⁴ a ‘guerra contra o terrorismo’ pode ser caracterizada como uma guerra mimética, em que se processa uma batalha de representação e a relação entre ‘Nós’ e ‘Eles’ é conduzida em um amplo espectro de familiaridade e de solidariedade, indiferença e tolerância, estranhamento e hostilidade. Tal guerra abarca a forma como os indivíduos veem, percebem e imaginam a diferença, ou seja, como constroem o ‘Outro’ e a semelhança entre seus pares por meio de representações. Ao se reconhecer a importância das práticas simbólicas e discursivas na ‘luta contra o terrorismo’, vê-se que a mídia cria discursos que

legitimam a luta contra essa ‘ameaça’ e constrói signos com o objetivo de garantir a sedução e a manipulação dos indivíduos no contexto de uma ‘guerra virtuosa’.

O objetivo deste artigo é, sob uma perspectiva pós-estruturalista, examinar a cobertura dos atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, os dois jornais brasileiros impressos de maior circulação na época, no dia seguinte aos ataques. O argumento central que procuramos desenvolver é o de que a atuação de tais meios de comunicação foi fundamental na definição de práticas de exclusão no nível internacional. Ao situarem o Brasil como um *insider* com base na maior aproximação a valores internalizados no contexto de transbordamento global do espaço político norte-americano após o fim da Guerra Fria, desenvolvem uma ‘política externa’ em que comunidades que não assimilam esse padrão são rotuladas como anomalias numa estrutura social composta por atores civilizados. Consolida-se, assim, o entendimento da diferença – no caso, as organizações terroristas e seus patrocinadores – como alteridade, e se naturalizam hierarquias entre identidade e diferença. A seguir, apresentaremos as perspectivas pós-estruturalistas e a produção de fronteiras entre identidade e diferença no caso brasileiro, particularmente em relação ao terrorismo. Logo depois, faremos a consideração do papel da mídia no fortalecimento de poderes estabelecidos e na reificação de fronteiras entre identidade e diferença. Antes de tecermos as considerações finais, examinaremos a cobertura dos atentados de 11 de setembro por *O Globo* e pela *Folha* com base numa perspectiva pós-estruturalista.

O PÓS-ESTRUTURALISMO E A ‘POLÍTICA EXTERNA’ DO BRASIL PARA O TERRORISMO

De acordo com Smith (1996),⁵ as perspectivas pós-estruturalistas procuram evidenciar a ausência última de fundações (suposições sobre sujeito/objeto, fato/valor, Eu/Outro) para o pensamento e desestabilizar as noções de essência e de presença. Campbell⁶ ressalta que as fronteiras definidas na modernidade definiram identidades por meio da exclusão dos que não estão dentro delas. Assim, a preservação da integridade soberana foi possível a partir do estabelecimento de hierarquias em circunstâncias espaço-temporalmente específicas, nas quais o sujeito moderno coloca-se como centro interpretativo soberano, uma ‘realidade maior e privilegiada’ ou uma ‘presença não proble-

matizada', e o 'Outro', concebido em referência a tal centro, é compreendido como uma negação dessa identidade e objetificado num processo de produção do exterior pelo sujeito.⁷

Nessa perspectiva, as comunidades em que estamos inseridos são frutos do pensamento moderno – como o Estado soberano, por exemplo – e serviram como mecanismos de exclusão e de promoção de uma lógica totalizante. Ao converterem circunstâncias socialmente produzidas em condições quase naturais, as perspectivas modernas de imutabilidade da ordem política contribuíram para a formação de sujeitos que sucumbem à crença de que as relações entre as comunidades políticas independentes devem permanecer como estão. Nesse sentido, a reprodução de fronteiras é um discurso político, que determinou o que podemos falar, pensar e ser. Por meio do estabelecimento de fronteiras abstratas e arbitrárias, ela impôs obstáculos entre a identidade e a diferença, fixando referenciais de forma artificial e criando espaços políticos diferenciados ao recorrer à ontologia que separa Eu e Outro. Tal fronteira disciplina a subjetividade e demarca a identidade ameaçada pela anarquia. Essa perspectiva cartesiana reproduz-se por uma série de mecanismos, como a contenção e a regulação da subjetividade.⁸

Como não há um Estado soberano 'natural' justamente porque não há uma fundação 'natural' da soberania, a soberania não é um conceito estável por não possuir uma significação ontológica preestabelecida. Assim, o Estado é uma construção intersubjetiva, um efeito de práticas simbólicas e discursivas. Sua autoridade mostra-se interpretativa e performática, de forma que 'atua' visando à preservação de seu *status* ontológico e prático. Os aspectos coercitivos e econômicos de controle foram complementados pelo gerenciamento de disposições e significados dos corpos dos cidadãos a fim de compatibilizar fronteiras territoriais e culturais (Shapiro, 2004).⁹ Nesse sentido, a 'política externa' passa a ser entendida como uma *performance* política produtora de fronteiras, que, em vez de voltada para uma preocupação com a interação estatal que ocorre ao longo de fronteiras congeladas e a-históricas, volta-se para uma preocupação com o estabelecimento de fronteiras que constituem, ao mesmo tempo, o Estado e o sistema internacional. A 'política externa' passa a ser vista como uma prática política que torna 'externos' certos eventos e atores, não apenas situados em oposição a uma entidade social que é vista como pré-dada, mas construídos a partir de práticas que também constituem o doméstico (Campbell, 1997). A concepção do 'Internacional Moderno' permite a fixação e a reprodução de referenciais civilizacionais e a criação de espaços

diferenciados dentro dele e também especifica aquilo que tal ‘sociedade civilizada’ pode falar, pensar e ser.¹⁰

No caso examinado neste artigo, um eixo analítico pós-estruturalista permite verificar que, com o restabelecimento dos limites da vida política moderna e a desestabilização gradativa da segmentação entre o nacional e o internacional nos séculos XX e XXI, o espaço político onde se exerce a autoridade soberana norte-americana expande-se para além do Estado, e tais fronteiras artificiais, mesmo que não permaneçam onde estavam, ainda demarcam antagonismos (Walker, 2005, p.1). A ‘política globalizada’ continua a operar numa metafísica em que noções de progresso e ‘bom governo’ – presentes no conceito de ‘civilização’ e defendidas pelas democracias liberais – são difundidas em contraposição a filosofias de grupos radicais e regimes não liberais compreendidos como ‘párias’, que necessitam ser submetidos à ‘domesticação’ nas estruturas modernas de autoridade a fim de se preservar a estabilidade do sistema internacional no qual potências como os Estados Unidos exercem seu poder.¹¹

O terrorismo opera como uma expressão da rejeição à autoridade norte-americana e tem efeito desmoralizante sobre governos liberais ocidentais, explicitando a incapacidade de protegerem seus cidadãos. A preocupação em relação a tal ameaça recai não somente sobre a corrosão do tecido sociopolítico, mas sobre o fato de que a exclusão dos agentes privados do privilégio do uso da força armada articula-se a uma dimensão constitutiva do sistema internacional contemporâneo: por mais que as fronteiras da modernidade sejam redefinidas, o Estado ainda é o detentor formal do monopólio legal sobre o uso da violência organizada, o qual não só garante sua sobrevivência, mas assegura a continuidade da ordem internacional. Ao aplicarem a violência sociopolítica, as organizações terroristas são criminalizadas e enquadradas na categoria do ‘mal’,¹² e ‘Estados-pária’ que financiam e protegem tais organizações também o são por sustentarem grupos que desestabilizam tal ordem de atores ‘civilizados’.

Nesse contexto, o Brasil sabe que se colocar como um *insider* faz parte da sua busca por maior reconhecimento internacional e pela ampliação da sua relevância na resolução das principais questões políticas e socioeconômicas globais. O seu posicionamento dá-se a partir da maior aproximação a valores internalizados no contexto de transbordamento global do espaço político norte-americano após o fim da Guerra Fria. Embora permitam espaços controlados de contestação à sua autoridade e o exercício de relativa autonomia por atores periféricos, os Estados Unidos buscam a defesa da integridade no

exercício de sua autoridade sobre o espaço global em contraposição a atores políticos com valores e princípios não compatíveis com os seus. Tendo isso em vista, o Brasil veio adotando ao longo dos séculos XX e XXI valores universalizados como a defesa dos direitos humanos, a crítica à proliferação de armas de destruição em massa, o reforço da condenação do terrorismo, a proteção dos princípios democráticos e a consolidação do livre comércio. Com isso, alimenta-se uma ‘política externa’ em que sociedades e grupos não adaptados a tal padrão são classificados como ‘disfuncionais’ e ‘anômalos’ numa ordem de atores ‘civilizados’. A adoção pelo Brasil de um vocabulário diplomático compreendido pela maior parte dos atores dominantes do sistema e a valorização de canais de comunicação permanentes inserem-se nesse contexto de demarcação clara de fronteiras que traduzem a diferença como alteridade e reforçam a coesão e a integridade da sociedade liberal liderada pelos Estados Unidos. Os efeitos desse procedimento excludente são o desenvolvimento de uma interpretação linear da história – que acomoda as comunidades ‘não civilizadas’ ou ‘pouco civilizadas’ num tempo distinto das ‘civilizadas’ – e o posicionamento da diversidade num espaço externo às fronteiras da ‘civilização’.

A mídia exerce papel fundamental nesse processo de criação de uma ‘política externa’ em relação ao terrorismo, num momento em que, no gerenciamento de disposições e de significados sobre o mundo social, ela produz práticas simbólicas e discursivas que reforçam o *status ontológico* e prático do Estado. Isso também desestabiliza a ideia de que a mídia teria papel marginal no processo de formulação da ‘política externa’ brasileira. Tal ideia foi criada com base na participação reduzida dos grupos sociais brasileiros nas questões de política externa em face do insulamento burocrático do Itamaraty. Embora hoje o Ministério de Relações Exteriores brasileiro tenha procurado ampliar os canais de diálogo com a sociedade civil, especialistas como Pinheiro¹³creditam que o objetivo da iniciativa parece somente ser a instrumentalização de seus interlocutores – ou seja, usa-os como ‘massa de manobra’ – com o objetivo de obter maior legitimidade nas negociações internacionais. Como ressalta Pinheiro (2001, p.7), com a disseminação de valores democráticos ao redor do planeta, as negociações internacionais parecem tornar-se mais eficazes quanto mais forem ou parecerem ser representativas dos múltiplos grupos sociais afetados e interessados por ela. Ao atuar dessa forma, o Itamaraty procura garantir a continuidade e a coerência da política externa brasileira ao resguardá-la da influência e da interferência da sociedade, de forma a fazer que a instabilidade e a competição política presentes no plano político interno não afetem a credibilidade necessária à atuação externa do Brasil.¹⁴

Se continuarmos considerando ‘política externa’ somente como a política com base no Estado na forma como é convencionalmente entendida, não captaremos que a expressão pode remeter a um conceito mais abrangente: a uma prática política que torna ‘externos’ certos eventos e atores que a ‘política externa’ entendida nos termos tradicionais somente reproduz na constituição de identidade e na contenção dos desafios à identidade (Campbell, 1997). Nesse sentido, o entendimento proposto neste artigo desestabiliza não só a ideia de uma participação marginal da mídia na formulação da política externa brasileira, mas o próprio conceito de ‘política externa’. Partindo-se da concepção mais abrangente aqui sugerida, a atuação da mídia é fundamental na definição da ‘política externa’ brasileira, pois ela não só gera e transmite informações políticas à população, mas participa na construção da concepção dos cidadãos acerca do impacto dos eventos internacionais sobre suas vidas e, assim, define e consolida o entendimento da diferença por tais cidadãos como alteridade e naturaliza hierarquias entre identidade e diferença. Transcendendo a ideia de Habermas¹⁵ de que os grandes meios de comunicação configuram-se como um aparelho privado de hegemonia que também constitui a direção política, moral e cultural da sociedade civil, vê-se, com base numa perspectiva pós-estruturalista, que, mais do que um simples instrumento ou mais um membro de um bloco de poder, a mídia participa da construção de práticas simbólicas que escrevem e reproduzem o Estado diante da falta de uma fundação última da soberania.

MÍDIA E O FORTALECIMENTO DOS PODERES ESTABELECIDOS

Ao nos fazer questionar as suposições epistemológicas e ontológicas do discurso moderno, Foucault rompeu com os discursos de natureza e verdade, evidenciando os dispositivos que definem, no âmbito da cultura e da história, as identidades políticas e sociais. Assim, a modernidade passou a ser vista como regime de práticas de conhecimento móveis que é colocado em circulação para disciplinar, determinar os domínios da liberdade, constituir os sujeitos modernos e dar efeitos às verdades autoevidentes das experiências. Por isso, o regime da modernidade seria uma economia de poder. Nesse sentido, não existiria fronteira entre teoria e prática, discurso e extradiscurso, pensamento e realidade, saber e poder. Teorizar sobre a prática, pensar sobre a realidade, estudar as formas de poder, tudo isso é praticar, é exercer uma forma de poder. Essa prática, por sua vez, é influenciada por uma teoria, um pensa-

mento, um saber. Não se trata de uma oposição entre o mundo das ideias e a empiria, mas sim uma relação de co-constituição.

A prática teórica moderna produz significado, atribui poder e fixa limites socialmente chamados de objetivismo, subjetivos e condutas. Estes delineiam não apenas o que pode ser conhecido, mas o que pode ser falado e sugerido. Muito mais do que delimitar possibilidades explicativas, a teoria define nossos horizontes éticos e práticos, informando-nos sobre as possibilidades para a ação humana. Daí a necessidade de entendermos que a teoria modela as práticas políticas e suas possibilidades.¹⁶ Para Alves (2004), podemos pensar que todas as práticas são arbitrárias de poder, visto que as relações humanas se dão no contexto de uma relação de poder. O poder, por sua vez, não está aqui ou ali, mas em todos os lugares. Por isso, aquilo que tem de real é, na verdade, um imperativo político. Posto que a fundação não pode fundar a si mesma, não há nada nessas suposições que possa ser dito essencial ou natural. Sua legitimidade vem do regime de verdade do qual ela participa. Sendo suas fontes de autoridade performáticas e interpretativas, a noção de verdade é fruto de circunstâncias históricas cambiantes e específicas, embora apresentem uma aparência de verdade incontestável ou inquestionável, gerando uma noção de ontologia pré-original.¹⁷

Com base nesse pensamento, também o papel da mídia pode ser entendido como ponto de passagem para as relações de poder em que o que está em jogo não é o acontecimento jornalístico em si, mas as relações exteriores ao fato noticiado que determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos e para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los e explicá-los.¹⁸ Para Moura (2003), isso se dá porque um acontecimento jornalístico, como qualquer outro tipo de acontecimento discursivo, está investido de interdiscursividade. Isso quer dizer que, na memória de cada pessoa, essa relação de interdiscursividade mobiliza fragmentos demarcadores das posições do enunciador jornalístico, indicando o lugar sócio-histórico da enunciação e a forma como um texto deve se relacionar com a enunciação de outros discursos anterior e efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os e os interpretando.

Dessa forma, a identificação do encadeamento enunciativo acaba por favorecer a recuperação das estratégias discursivas ou mesmo da racionalidade configuradora da produção de conhecimento jornalístico, que é resultado do uso estratégico dos saberes sociais. Ao emergir de um conjunto de circunstâncias discursivas dentro de um espaço comunicacional de complexidade própria, podemos, então, falar de acontecimentos midiáticos que extrapolam o

plano da simples textualidade jornalística ao produzirem algo mais que notícias (Moura, 2003, p.3). Citando Foucault, Moura (2003) afirma que a descrição de um acontecimento sempre acaba por colocar esta pergunta: como surgiu determinado enunciado e não outro em seu lugar? Trata-se, assim, de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação, determinar as condições de sua existência, mostrar quais outras formas de enunciação exclui, por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. De fato, para Foucault, a questão pertinente é “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (Foucault, 2002, p.32; Moura, 2003, p.7).

A partir dessa colocação, também a cobertura dos atentados de 11 de setembro pode ser questionada como uma enunciação de uma série predeterminada de signos, de modo a gerar um contexto determinado, assim como um conteúdo representativo específico, dentro de toda uma forma discursiva mais complexa. O jornalismo, cuja narrativa é tecida por diversos discursos-origem, é constituído por enunciados ligados a outros tantos enunciados e outros tantos conjuntos de formulações que estão em constantes atualizações. Tais atualizações, por sua vez, estão dentro de uma estrutura narrativa das matérias jornalísticas, compartilhando com o fato jornalístico principal e gerador da notícia o mesmo espaço enunciativo onde se poderão encontrar novos enunciados – a notícia que se tornará enunciadora de algo (Moura, 2003, p.9). Moura (2003) argumenta que o jornalismo, no sentido foucaultiano, não ocorre na imediaticidade da relação entre o observador/receptor e a notícia veiculada. Esta, na verdade, é constituída de múltiplos discursos circulantes, emergindo como enunciados quando se entrecreua nos planos de expressão e conteúdo. Na materialização discursiva, ocorre a ocupação de um lugar de fala ou espaço discursivo que direciona o sentido para um campo específico de significação que se filia, por sua vez, à ordem dos discursos já sedimentados na sociedade. Nesse sentido, para identificar o que se enuncia na notícia é preciso, antes, o reconhecimento dos jogos de relações de poder que ocorrem dentro do campo do saber. A notícia veiculada não pode ser considerada apenas como uma posição imparcial ou direta discursiva, mas como um espaço enunciativo com lugar e *status* demarcados. Não há enunciado objetivo, indiferente, imparcial ou independente, mas enunciados que são tomados ao já fazerem parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel junto a outros, neles se apoiando e deles distinguindo-se de modo a não perder suas especificidades. Daí entendermos que aquilo que se enuncia no jornalismo é uma reconstrução

do que já se enunciou. Sem retirar dos agentes jornalísticos sua parcela de responsabilidade, o que pretendemos evidenciar aqui é uma prática interdiscursiva capaz de definir como os poderes, os saberes e a imprensa se relacionam e de que modo determinadas discussões são colocadas pela mídia não de modo a retratar a realidade, mas, antes, consolidar sistemas e realidades já anteriormente definidos. Buscaremos evidenciar os relatos da cobertura jornalística brasileira dos atentados de 11 de setembro que, registrados pela mídia, tiveram a sua veracidade e imparcialidade sustentadas, acabando por fortalecer a manutenção e os posicionamentos dos poderes estabelecidos.

O 11 DE SETEMBRO SEGUNDO *O GLOBO* E A *FOLHA DE S. PAULO*

Na edição de *O Globo* do dia seguinte aos atentados de 11 de setembro de 2001, identificamos a definição de um centro interpretativo soberano, concebido como uma ‘realidade privilegiada’ ou uma ‘presença não problematizada’ – aqui remetendo à identidade liberal ocidental, representada pelos Estados Unidos e seus aliados –, e a objetificação do terrorismo num processo de produção do exterior pelo sujeito, visível tanto nas características da composição gráfica das páginas do jornal como no conteúdo das reportagens publicadas. Na primeira página, a utilização de títulos destacados na parte superior e no meio da página em fontes maiores – “Terror suicida para o mundo” e “Bush fala em milhares de mortos”, respectivamente – e a exposição de uma sequência de fotos impactantes que captavam momentos distintos do atentado – a explosão ocasionada pelo impacto do avião sequestrado na segunda torre do World Trade Center, um homem saltando para a morte de um ponto alto do prédio, o desespero de pessoas no momento da queda das duas torres, seguidas de fotos dos destroços do World Trade Center e da destruição no Pentágono – construíam uma narrativa que ressaltava a magnitude da ação terrorista e evidenciava o quadro catastrófico resultante de tal ação. Ao compor a dimensão do ultraje no contexto em foco, *O Globo* não apenas constituía um discurso acerca da intenção desmoralizante do terrorismo com relação aos Estados Unidos, incapazes de proteger naquele contexto a própria população contra mecanismos de guerra assimétrica. Extrapolando o plano da simples textualidade jornalística (Moura, 2003, p.3), a utilização de destaque gráficos e a exploração de enquadramentos e múltiplos ângulos em fotografias que evidenciavam a impotência norte-americana diante do evento, o desespero individual, a abrangência da destruição provocada, bem como as tonalidades sombrias em imagens nebulosas dos escombros, compunham o aparato gráfico que desta-

cava a corrosão do tecido sociopolítico promovida pela ação de terroristas, agentes privados não dotados de monopólio sobre o uso legal e legítimo da força. O Estado, enquanto principal mantenedor de tal tecido e detentor desse monopólio, é colocado na posição de uma identidade pré-dada ameaçada por uma diferença, criminalizada em face do choque provocado pelas ações destruidoras dos terroristas.

O caderno especial de *O Globo* sobre os atentados, intitulado “Os EUA sob ataque” – título traduzido das legendas utilizadas pela CNN na transmissão ao vivo do atentado, *USA under attack* –, é aberto com uma matéria cujo título era “Dia da infâmia” – outra tradução de legenda da CNN. Após o relato da sequência de acontecimentos classificados pelo jornal como ‘bárbaros’, o subtítulo reproduz as fronteiras definidas entre identidade e diferença ao evidenciar a perplexidade com relação aos resultados da ação terrorista: “Aviões sequestrados, World Trade Center no chão, Pentágono em chamas: o mundo perplexo diante do maior atentado já visto pela Humanidade”. Os antetítulos sintetizam a dimensão do terror em expressões breves como “Uma cidade em pânico” (p.3), “O terror nos céus” (p.4) e “Medo e impotência” (p.5), enquanto infográficos traziam informações que iam do passo a passo dos ataques em Nova York e em Washington ao impacto dos atentados nas cotações de bolsas de valores em todo o mundo. No corpo do caderno especial, novamente as imagens utilizadas dão efeito às verdades autoevidentes da experiência: a exposição de diversos ângulos dos choques dos aviões, bem como múltiplas perspectivas dos escombros do World Trade Center e do tumulto nas ruas de Nova York com o desabamento – em especial enfocando pessoas cobertas de poeira ou bombeiros socorrendo vítimas – reafirmam o processo de caracterização das ações terroristas como ‘cruéis’ e ‘sanguinárias’.

A disposição de imagens de forma comparativa, com etapas da destruição conforme os atentados foram se desenvolvendo, e a captação das reações e da surpresa da população de Nova York e de líderes de Estado nas fotos ressaltam a singularidade dos ataques. O jornal motivou a identificação do público leitor com o drama das vítimas e dos demais prejudicados com os atentados e, além da solidariedade com os indivíduos afetados ou vitimados nos atentados – componentes de uma mesma identidade ocidental e liberal internalizada no Brasil –, também a hostilidade em relação aos perpetradores das ações. Ainda na busca de persuasão dos leitores na direção da legitimação de uma ‘guerra virtuosa’ contra o terrorismo, a hostilidade em relação aos ataques é alimentada com a apresentação do mundo árabe e da ‘lista de suspeitos’ como bárbaros e disfuncionais em relação aos valores ocidentais. Essa representação foi

fortalecida com a exposição de fotos da população palestina comemorando nas ruas de Cabila e de corpo inteiro de Osama bin Laden em expressão ameaçadora, apontado então como principal suspeito dos atentados. Tais práticas simbólicas e discursivas legitimavam o ódio em relação ao terrorismo – imediatamente associado à cultura e aos valores árabes – e reproduziam a lógica de intolerância, estreitando o entendimento das motivações para as ações terroristas.

No que diz respeito à linguagem utilizada por *O Globo*, alguns termos e expressões aplicados aos terroristas e às suas ações – como “suicidas com o objetivo de parar o mundo” e “bárbaros e espetaculares atentados” – demarcam a identidade num contexto espaço-temporal particular de exclusão e de marginalização do terrorista, consolidando e perpetuando referenciais civilizacionais que fortalecem a identidade ocidental em contraposição às não ocidentais e criam espaços diferenciados entre a sociedade considerada ‘civilizada’ e as ameaças advindas de outra classificada como ‘bárbara’. A condenação do terrorismo e a descrição da dimensão do estrago se acirram com o uso de figuras e técnicas de linguagem, típicas do estilo literário, como metáforas, hiperboles, metonímias, gradações e enumerações – “estrondo, gritos, choro e sirenes accordaram a cidade mais orgulhosa do mundo” (p.3) –, que ressaltam a posição dos Estados Unidos como vítima do terror – “um país na mira dos terroristas”, “atentados violentos traumatizam americanos” (p.18). Vê-se também o uso do discurso indireto livre, em que percepções de analistas e de pessoas que estavam nos Estados Unidos na efervescência dos acontecimentos parecem se combinar, sem as devidas referências aos autores, ao relato pretendidamente objetivo de determinados repórteres.

Além disso, *O Globo* dividiu o conteúdo da parte internacional de seu caderno especial, primeiramente, na apresentação geral dos momentos que caracterizaram o ataque a dois dos principais símbolos da hegemonia norte-americana, o poder econômico do World Trade Center – do ataque à queda das torres – e a fortaleza militar do Pentágono. A seguir, o jornal tratou da reação da cúpula da política norte-americana em relação aos atentados e o seu diálogo com a opinião pública, bem como as consequências em termos da formulação da política externa do governo de George W. Bush. A seguir, dedicou-se à exposição das peculiaridades do atentado: a presença de um ‘novo inimigo’ que se organiza em redes; o primitivismo eficiente do ataque; o deslocamento do alvo do conflito e a guerra midiática e simbólica. Na abordagem da conjuntura ‘caótica’ em Nova York, foi dado destaque ao número de mortos – entre os quais estavam bombeiros e policiais – e às perdas materiais da

cidade, bem como à mobilização da população para ajudar as vítimas. O mesmo foi feito em relação ao Pentágono, colocado como uma aparente ‘fortaleza inexpugnável’, com a apresentação do caos na capital federal, com a declaração de alerta máximo pelas forças militares, que evacuaram os prédios públicos, e a exposição das fragilidades do sistema de segurança norte-americano.

Como destaca Der Derian (2002), operam relações de solidariedade diante das fraquezas daqueles que compartilham valores comuns e das ameaças a eles, bem como de estranhamento / hostilidade diante da dimensão classificada como ‘aviltante’ das ações de terroristas, que provocaram perdas materiais e sofrimento. A demarcação de fronteiras entre identidade e diferença fica mais evidente na abordagem das repercussões internacionais dos atentados: enquanto *O Globo* destaca o apoio de potências europeias como Inglaterra, França e Alemanha aos Estados Unidos, o jornal também frisa as comemorações em parte do mundo árabe após a realização dos ataques. Examinando as hipóteses sobre os suspeitos do atentado, a ênfase foi dada à figura do terrorista saudita Osama bin Laden. Múltiplas foram as comparações com o ataque japonês a Pearl Harbor, e foram rememorados outros ataques a alvos norte-americanos ao longo da história, como o ataque ao contratorpedeiro americano US Cole no Iêmen em 2000, a explosão nas embaixadas norte-americanas no Quênia e na Tanzânia em 1998 e a explosão de um furgão na garagem do World Trade Center em 1993. A recuperação dos eventos passados pelo jornal busca não só identificar supostos pontos de origem da hostilidade em relação aos Estados Unidos, mas naturalizar a oposição feita a tal país por elementos de outras culturas e remover questionamentos às supostas fundações dessa divisão.

A sensibilização e a conquista do engajamento do público na ‘guerra virtuosa’ se solidificam na cobertura do jornal com a abordagem de dramas pessoais e do pânico da população; da ágil cobertura do evento pela mídia televisiva, virtual e impressa; da lembrança das profecias acerca de catástrofes nos Estados Unidos e do tratamento de situações desse gênero pelo cinema, bem como da paralisação do mercado após quedas recordes nas bolsas do mundo inteiro com as notícias do atentado e as perspectivas para os dias seguintes. A exposição pelo jornal do drama humano – destacando o sofrimento de vítimas civis – e a antevisão do caos pelo cinema foram essenciais para estimular o interesse e a identificação do público – já que tais elementos fazem parte do universo psicológico e simbólico dessas pessoas –, bem como a ampla dimensão da destruição de determinado referencial inexpugnável no imaginário desse público, símbolo no qual esteve acostumado a projetar suas aspirações e credi-

tar o signo da infalibilidade. A orientação para a dimensão pessoal na cobertura dos atentados viabiliza a contínua expansão do entendimento do político, já que contextualiza à vida cotidiana a política, em vez de concebê-la como uma esfera autônoma de ação e pensamento. As experiências dos indivíduos são contadas ao longo das do seu grupo – no caso, daqueles que compartilham valores ocidentais –, e, como os sistemas de troca são mediados pela experiência vivida, o mundo exterior é concebido em relação ao interior sociocultural, pessoal e subjetivo, que abarca formas de comportamento e emoções.¹⁹

Em face disso, *O Globo* também procurou desenvolver no caderno especial os impactos e as repercussões dos atentados para o Brasil. Receberam destaque a repercussão que a notícia dos atentados teve para o presidente Fernando Henrique Cardoso – aproveitando para publicar a carta que ele enviou a George W. Bush – e a demonstração de apoio do ministro de Relações Exteriores brasileiro aos Estados Unidos. Novamente recorrendo à orientação para a dimensão pessoal, o jornal também focou as reações das pessoas de diversas nacionalidades que vieram do último voo que saiu dos Estados Unidos em direção ao Brasil, as percepções de personalidades da política e do mundo artístico acerca dos atentados e as primeiras ações nas principais cidades brasileiras, que consistiram em fechar ou reforçar a segurança de algumas embaixadas, consulados e escolas. Partindo da concepção abrangente de ‘política externa’ adotada neste artigo, *O Globo* participou do processo de construção da concepção dos leitores acerca do impacto dos eventos internacionais sobre suas vidas e forneceu elementos que estabeleceram e fortaleceram o entendimento da diferença como uma disfunção ou uma anomalia. O jornal ofereceu tratamento não problematizado às hierarquias entre identidade e diferença. Nesse processo, o Brasil foi situado como próximo a valores defendidos pelos Estados Unidos, posição reforçada pela orientação para a dimensão pessoal com a exposição do drama humano provocado pelo terrorismo na sociedade ocidental.

Enquanto a edição de 12 de setembro de *O Globo* reafirma a definição de um centro interpretativo soberano, a cobertura da *Folha de S. Paulo* também objetificou o processo da ação terrorista ocorrida, corroborando a reafirmação dos discursos de luta contra o terror e se posicionando pela manutenção e sustentação dos poderes modernos ocidentais estabelecidos. Com o título principal “EUA sofrem maior ataque da História”, a *Folha* destaca o discurso do presidente George Bush à nação, colocando a caracterização geral daquilo que considerou “o maior ataque terrorista da História” ao lado de fotografias das duas torres do World Trade Center em chamas. Ainda que seja considerado

ideologicamente porta-voz da intelectualidade resistente brasileira e das classes descontentes com o projeto neoliberal,²⁰ a *Folha* nos principais subtítulos – “Torres do World Trade Center e parte do Pentágono são destruídas”, “Milhares de pessoas morrem em atentados de autoria desconhecida” e “Bolsas param, petróleo dispara e aumenta temor de recessão global” – e na escolha de fotos que mostravam as pessoas cobertas pela poeira dos escombros compartilha, já na primeira página, a ideia ocidental de guerra assimétrica contra o terror, evidenciando o drama humano de civis inocentes, assim como a impotência da nação mais poderosa do mundo frente a um inimigo não identificado. Conforme a intertextualidade dos três subtítulos da capa evidencia, pode-se observar uma preocupação com o ataque a símbolos americanos que definem emblemas constituintes daquele país, assim como a civilização ocidental.

Em relação à distribuição espacial, a *Folha* optou por mais textos maiores e corridos que *O Globo*. Nos boxes, a *Folha* destaca o discurso do presidente George W. Bush, a enumeração de grupos terroristas mais atuantes e alguns depoimentos e algumas pequenas entrevistas em relação ao ocorrido. Os antetítulos são, tais quais em *O Globo*, curtos, em geral de uma palavra ou duas, evidenciando o tópico do fato principal abordado na respectiva página, como “Reação” (p.A-16) e “Os suspeitos” (p.E-21). A *Folha*, contudo, usa bastantes infográficos, muitos de tom altamente didático. Um, que ocupa duas páginas (p.A-10-11), traz a simulação do atentado ao reproduzir uma maquete de Nova York. O jornal mostra ainda o funcionamento do World Trade Center e o que se abrigava em seu complexo; o histórico das duas torres, de sua construção na década de 1970 à sua queda; a ficha técnica do World Trade Center; o seu desabamento passo a passo; uma comparação do tamanho dos edifícios mais altos do mundo e a cronologia dos atentados. Nos outros infográficos espalhados pelo jornal, observa-se também a sequência de acontecimentos, a reconstituição do trajeto dos voos, a indicação dos locais atacados nos Estados Unidos por meio de mapas e pequenas fotos. De fato, aquilo que podemos observar ao longo da cobertura é um encaminhamento narrativo condutor do olhar dos leitores pela disposição de quadros em que percebemos a criação de uma ‘história’ das torres: da sua construção à sua explosão, passando pela vida da cidade. Ao mostrar/criar o contexto e privilegiar o didatismo da história, a *Folha* corrobora a visão ocidental excluente acerca dos atentados, em que a notícia veiculada é utilizada como forma de fazer emergir o campo específico no qual tal fato de significação deve se filiar, já dentro de visões incorporadas socialmente.

Ao analisarmos as fotos do caderno especial intitulado “Guerra na Amé-

rica”, aquilo que também se pode observar é que o sentido narrativo da tragédia é construído nomeadamente pela opção por fotos de diversos ângulos do choque dos aviões, assim como pelas imagens dos escombros do World Trade Center e do Pentágono, bem como da mobilização da população em Washington, centro militar e político dos Estados Unidos. No entanto, o grande destaque do jornal se concentra na utilização de fotografias do desespero humano, imagens que ‘sustentariam’ a imparcialidade e veracidade jornalística do periódico paulista, dando destaque a fotos com indivíduos cobertos de poeira e bombeiros socorrendo vítimas, bem como à aflição de pessoas deixando as torres poucos minutos após o choque dos aviões. Na construção do drama da população, nota-se a escolha por fotos com a bandeira americana sobre os escombros, dando uma dimensão mais dramática à cobertura e evidenciando o signo máximo da soberania destruído pelo terror, assim como as fotos em que se destaca a população árabe comemorando os atentados ao lado de imagens que apresentam Osama bin Laden como principal suspeito do ato. Mais uma vez aqui, temos a reafirmação de um centro interpretativo em que o drama humano dos norte-americanos e, consequentemente, do Ocidente é identificado com os valores expressos pelo jornal, ao mesmo tempo em que se coloca o mundo não ocidental como negação e ameaça a essa identidade.

Tal posicionamento não consegue escapar ao tom impactante/opinativo/sentimental exacerbado, em que a descrição dos destroços, da montagem do caos urbano pela correria após o desabamento e dos corpos encontrados beira clichês, como no título “Corpos, destroços e confusão” (p.A-9). Mais uma vez aqui o relato do fato jornalístico se utiliza de elementos apelativos e persuasivos em direção ao fortalecimento da visão dos poderes estabelecidos. O tom noticioso algumas vezes também se torna presente, evidenciando claramente o viés político do jornal. Observa-se tal situação no uso de certas palavras/ expressões que reproduzem uma postura excludente em relação ao evento, dimensão essa implícita na palavra ‘terror’, bastante utilizada nos títulos, embora o jornal evitasse utilizar com muita frequência palavras como ‘suicidas’ ou ‘bárbaros’ em relação aos autores desconhecidos do atentado, caso que acontece com mais frequência em *O Globo*. Ainda assim, chama atenção a eficiência de títulos e subtítulos na compactação dos aspectos gerais dos atentados, como no subtítulo “Aviões sequestrados destroem símbolo de Nova York e derrubam parte do Pentágono; paralisado, país ainda tenta contar seus mortos e promete encontrar os responsáveis”, cujo impacto é complementado pela primeira frase do *lead*: “Os EUA sofreram o maior ataque terrorista da história, no qual foram atingidos símbolos de sua hegemonia econômica e militar”.

Ao fazer a apresentação geral dos momentos que caracterizaram o ataque terrorista dos dois principais símbolos da hegemonia norte-americana, o poder econômico do World Trade Center (do ataque à queda das torres) e a fortaleza militar do Pentágono, a *Folha* não só reproduz a reação da cúpula da política norte-americana em relação aos atentados, como aborda as reações de líderes mundiais. Temos, então, enfatizado o apoio das potências europeias (Inglaterra, França, Alemanha e Rússia) e de nações periféricas (China, Índia e Brasil) aos Estados Unidos, enquanto, por outro lado, temos expostas fotos com os festejos palestinos. O jornal evidencia a solidificação da fronteira entre identidade e diferença por parte dos países que compartilham valores comuns e ‘civilizados’ em oposição à reação e posicionamento dos países árabes e palestinos e as suas celebrações contra o Ocidente. Ao contrário do que se observou nas coberturas midiáticas dos dias seguintes, a *Folha* se colocou ainda com uma abordagem que refletia claramente a posição de perplexidade das nações ocidentais. Em nenhum momento observou-se o foco nas questões afgãs, no sentido de revelar as condições do país onde possivelmente estaria o autor dos atentados. Nas palavras do jornal, num mundo dominado por um único polo de poder, o inconformismo “fermentado pela miséria”, exclusão e pelo fanatismo religioso tendem a se fragmentar em grupos “irresponsáveis, ... sem maiores comprometimentos a não ser sua própria causa apocalíptica”.

Por último, o jornal apresentou o impacto do Brasil com os atentados, mostrando como reagiram as personalidades brasileiras que se encontravam em Nova York no dia 11 de setembro. O jornal também dedicou uma página do seu caderno à reação do presidente brasileiro na época, Fernando Henrique Cardoso. A matéria veio no canto esquerdo, e abaixo a *Folha* também colocou em um *box* a íntegra da carta que FHC enviou a George W. Bush. Neles, o presidente comentou não só os atentados como também o que isso poderia representar economicamente para o mundo no futuro. Novamente, vê-se que o órgão de imprensa, a *Folha*, participa do processo de definição da ‘política externa’ brasileira, auxiliando no delineamento da concepção dos brasileiros acerca do impacto dos eventos internacionais sobre suas vidas e oferecendo insumos para elementos que reificam as hierarquias entre identidade e diferença.

CONCLUSÃO

Se a definição de práticas de exclusão na modernidade define o espaço político dos atores do sistema internacional adaptado a um padrão de ‘nós’ e ‘eles’, sendo estes definidos/concebidos como referência fora do centro oci-

dental fixador de referências políticas artificiais, o que buscamos evidenciar com este trabalho foi o papel da mídia na solidificação de relações previamente definidas ao reproduzir os discursos que predeterminam como uma notícia deve ser percebida. Conforme destaca Moura (2003), trata-se de identificar na notícia veiculada a posição que ela ocupa no emaranhado dos discursos dentro de determinado contexto sócio-histórico de forma a reordená-lo, situá-lo ou redistribuí-lo. Tendo a sua filiação discursiva definida, aquilo que se observa é o relato de uma história escolhida como necessária, excluindo o que não parece se ajustar a ele, e dependente de discursos que são rememorados ou interditados (Moura, 2003, p.11).

Nesse sentido, aquilo que podemos observar na cobertura dos jornais brasileiros acerca do 11 de setembro de 2001 no dia seguinte aos atentados é que a mídia brasileira, aqui representada pela *Folha de S. Paulo* e por *O Globo*, mais do que reproduzir a realidade, trabalhou na reprodução e sustentação de fronteiras e identidades do sistema político internacional moderno, espelhando a posição do Brasil como um ator cuja política externa corrobora as perspectivas ocidentais de civilização na busca por maior relevância no cenário mundial. A condenação dos atos de terrorismo pela mídia, assim, carrega consigo o discurso também presente na política externa brasileira quanto à defesa de uma ordem internacional que coloca como bárbaros ou não civilizados aqueles que não compartilham os princípios simbólicos e discursivos que reafirmam a ontologia do Estado Moderno.

NOTAS

¹ Pesquisa realizada com bolsa da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia) em Estudos Portugueses (Estudos de Literatura e Cultura).

² LIMA, V. Os mídia e a representação da política. In: ALMEIDA, J.; CANCELLI, V. (Org.). *Estratégia, a luta política além do horizonte visível*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

³ OROZCO, G. Viendo detrás de la pantalla. Una forma de explorar la relación entre televisión e ideología. In: _____. *Televisión y producción de significados*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1994.

⁴ DER DERIAN, J. 9/11: before, after, and in between. In: CALHOUM, C.; PRICE, P; TIM-MER, A. *Understanding September 11*. New York: New Press, 2002, p.177-190.

⁵ SMITH, S. Positivism and beyond. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Ed.).

International Theory: positivism and beyond. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p.128-145.

⁶ CAMPBELL, D. *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity* (Revised edition). Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

⁷ Ver: JESUS, Diego Santos Vieira de. The time and the space of fear: the preservation of identity and the legitimization of violence in Bush Era. *Lawinter Review*, v.I, n.4, p.418-442, 2010. p.420-421.

⁸ WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: international relations as political theory.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993; _____. The doubled outsides of the Modern International. *5th International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations.* C.a.N. Fifth International Conference on Diversity in Organizations. Beijing, 2005; SHAPIRO, M. *Methods and nations: cultural governance and the indigenous subject.* New York: Routledge, 2004. Ver também: JESUS, Diego Santos Vieira de; FERNANDES, Veronica Daminelli. Sendo o que não pensamos ser – a exclusão do não-europeu pelas identidades nacional e europeia. As relações entre Portugal e Brasil em perspectiva crítica. *Comunicação & Política*, v.28, n.3, p.51-68, 2010. p.55-56.

⁹ Ver também: WEBER, C. *Simulating sovereignty: intervention, the state and symbolic exchange.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

¹⁰ Ver: JESUS, Diego Santos Vieira de. Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na análise de política externa. *Contexto Internacional*, v.31, n.3, p.503-534, set.-dez.2009. p.525-526.

¹¹ Ver JESUS, D. S. V. Alternative analytical axes of Brazilian foreign policy. *International Political Sociology*, v.4, n.4, p.419-435, 2010. O que se discute neste e nos dois próximos parágrafos consta nas páginas 429 e 430.

¹² NOGUEIRA, J. P. Ética e violência na Teoria de Relações Internacionais: uma reflexão a partir do 11 de setembro. *Contexto Internacional*, v.25, n.1, p.81-102, 2003. p.94-98.

¹³ PINHEIRO, L. Os véus da transparência – política externa e democracia no Brasil. Seminário Temático 5 – Controles Democráticos e Responsabilidade Pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., Caxambu (MG), 16-20 out. 2001, mimeogr., p.30-31.

¹⁴ PINHEIRO, 2001; NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.34-35.

¹⁵ HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública.* Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

¹⁶ ALVES, A. C. *Contos sobre Ruanda: uma análise crítica das narrativas sobre o genocídio ruandês de 1994.* Rio de Janeiro: PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2004, p.23-63. p.17.

¹⁷ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso.* Lisboa: Relógio D’Água, 1997.

¹⁸ FOUCAULT, M. *A aqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002; MOURA, M. B. S. *Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico*, 2003. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 17 fev. 2011.

¹⁹ DARBY, P. *The fiction of imperialism: reading between international relations and postcolonialism*. London; Washington (DC): Cassell, 1998.

²⁰ ARAÚJO, A. *A Escola do Rio: fundamentos políticos da nova economia brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1998.

Artigo recebido em setembro de 2009. Aprovado em abril de 2011.